



## O TEATRO DA REPÚBLICA: HISTÓRIA DO PROJETO DO PALÁCIO ITAMARATY

História e Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo Modernos no Brasil

### **Claudio Roberto Comas Brandão**

Arquiteto e Urbanista pela UnB (1997). Mestrando em arquitetura no PROARQ - UFRJ e bolsista da CAPES

claudiocbrandao@gmail.com

### **Ana Albano Amora**

Doutora pelo IPPUR - UFRJ (2006). Professora adjunta da FAU e do PROARQ - UFRJ.

aaamora@gmail.com

#### **Resumo:**

O artigo apresenta uma análise da evolução de projeto de arquitetura do Palácio Itamaraty em Brasília, entre 1959, data do primeiro estudo publicado, até 1965, quando o projeto chegou à sua versão definitiva. O artigo trata ainda a complexidade da autoria, apresentando os principais sujeitos envolvidos no projeto e o papel de cada um durante este processo. A identificação das diferentes versões de projeto adotou como critério de análise as mudanças importantes na forma plástica do palácio, no arranjo espacial interno ou na implantação do conjunto. O Palácio Itamaraty em Brasília é uma das obras mais emblemáticas do arquiteto Oscar Niemeyer e faz parte de um complexo de edifícios que abriga o Ministério das Relações Exteriores. A operação historiográfica é baseada na análise dos documentos originais de projeto, nos depoimentos e textos das pessoas envolvidas na criação e em artigos de revista e jornais da época. A historiografia atual da obra em questão identifica três versões do projeto e o arquiteto Oscar Niemeyer reconhecia somente duas. Esta pesquisa identifica nove versões para o projeto, de acordo com os critérios de análise descritos. A conclusão é que a função representativa do Ministério das Relações Exteriores e o programa cerimonial deste palácio orientam as principais decisões de projeto.

**Palavras-chave:** Palácio Itamaraty, Oscar Niemeyer, arquitetura moderna, historiografia da arquitetura.

#### **Abstract:**

The paper presents an analysis of the evolution of the architectural project for the Itamaraty Palace in Brasilia, between 1959, when the first version of the project was published, until 1965, when it achieves its definitive version. It is considered, as well, the authorship complexity, and presented the main subjects involved in the project explaining their role during this process. The identification of the different versions adopted as an analysis criterion, important changes in building shape, internal space arrangements and the site plan of the complex. The Itamaraty Palace in Brasília is one of the most emblematic works of the architect Oscar Niemeyer and is part of a complex of buildings that houses the Ministry of Foreign Affairs. The historiographical operation is based in the analysis of original documents of the project, in the testimony and texts of the persons that took part in the creation and in magazines and newspapers articles. Actually the current historiography of this work identifies three versions of the project and architect Oscar Niemeyer recognized only two. This research identifies

13º Seminário  
do\_co,mo,mo\_  
brasil

Salvador – BA  
7 a 10 de outubro de 2019



nine versions for the project, according to the analysis criteria described. The conclusion is that the representative function of the Ministry of Foreign Affairs and the ceremonial program of this palace drives the main project decisions.

**Keywords:** *Itamaraty Palace, Oscar Niemeyer, modern architecture, historiography of architecture.*



## O TEATRO DA REPÚBLICA: HISTÓRIA DO PROJETO DO PALÁCIO ITAMARATY

### Introdução:

O Ministério de Relações Exteriores ocupa atualmente um complexo de três edifícios interligados, situados na Esplanada dos Ministérios em Brasília: o bloco representativo, conhecido como Palácio Itamaraty; o bloco administrativo, denominado Anexo I, que foi projetado contemporaneamente ao palácio; e o Anexo II, projetado posteriormente, sempre pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Nossa abordagem se concentra na história do projeto de arquitetura dos blocos projetados originalmente, o representativo e o administrativo, com enfoque na arquitetura do Palácio. Nesta pesquisa nos fundamentamos na análise de fontes primárias e nos depoimentos e escritos dos sujeitos que participaram do projeto.

Neste artigo abordamos o período que vai desde a publicação da primeira versão do projeto, em 1959, até a versão realizada em 1965. A fase de detalhamento, ainda que tenha sido iniciada em julho de 1963, portanto antes mesmo que o projeto atingisse sua forma final, não será considerada aqui. O critério de distinção entre versões foi a identificação de alterações que impactaram de maneira importante a implantação do conjunto, a forma externa do Palácio, assim como na articulação do programa, no âmbito dos interiores

No artigo *Questões de história, projeto e documentação*, Eduardo Rossetti (2009) afirma que "A complexidade arquitetônica do Palácio do Itamaraty pode revelar questões que não puderam ser consideradas por outros focos investigativos" assim como "questões referentes à complexa trama da arquitetura brasileira pós-Brasília". A complexidade a qual se refere Rossetti emerge na história da evolução do projeto e na materialização da obra, e as diversas versões que serão aqui apresentadas são um testemunho disso. Pois complexo é o programa do Ministério e complexa foi a relação entre os sujeitos que participaram da fase de concepção: arquitetos, artistas e o empreendedor.

A forma escolhida para apresentar a evolução do projeto no contexto histórico apresentado em ordem cronológica, trazendo fatos não somente relacionados diretamente ao projeto, mas também de bastidores.

### 1959

#### Primeira versão (março de 1959)

A primeira versão do projeto foi apresentada em março de 1959. Se tratava de um conjunto de 3 edifícios: os serviços administrativos ocupariam um dos ministérios padrão, o bloco 11, que hoje abriga o Ministério da Saúde; um volume em casca, que abrigaria o centro de congressos internacionais; e no centro estaria o Palácio propriamente dito, local para as recepções, gabinete ministerial e salas de reunião para os congressistas.

O edifício do Palácio, desde a primeira versão e durante todo o desenvolvimento do projeto, abriga três programas: escritórios, cerimonial e congressos.

Esse estudo preliminar foi publicado em primeira mão pelo *Correio da Manhã*, em 24 de março de 1959. O artigo do crítico de arte Jayme Maurício era ilustrado pela perspectiva geral do conjunto, um corte e uma foto que mostrava o crítico analisando o projeto junto ao conselheiro Wladimir Murtinho e aos ministros Negrão Lima e Fernando Alencar. O projeto também foi publicado na revista *Habitat* n° 53, de março/abril de 1959 com o mesmo texto.



Curiosamente, nem essa nem as demais versões do projeto, ou mesmo a obra terminada, seria publicada na revista *Módulo*, onde Oscar Niemeyer costumava divulgar seus projetos.

O partido adotado define internamente o palácio em duas alas principais, junto às fachadas leste e oeste. De um lado fica o secretariado e do outro o gabinete ministerial e salas para os congressistas, no centro um grande vestíbulo com uma rampa que conduz ao 2º andar e, do lado oposto à entrada, um jardim interno limita o vestíbulo. À direita da entrada principal, uma rampa para automóveis cruza o edifício com desembarque junto às salas do segundo andar. A ligação com o terceiro andar, onde estão os salões de festas, é feita por uma larga escadaria. O crítico Jayme Maurício (1959a, p. 3) destaca que essa solução "[...] permitiu a abolição de elevadores, sempre desaconselháveis, quando se trata da circulação de um grande número de convidados.". As salas de banquete dispostas em L no terceiro andar deixam um quadrante descoberto, com jardim, espelhos d'água, e um palco. A fachada principal dá para a o Eixo Monumental e é marcada por uma série de oito colunas, assim como na fachada posterior. Se trata de uma solução tripartida revisitada em chave moderna, com embasamento vazado sobre pilotis, um corpo maciço, correspondente ao segundo andar e coroamento, com elementos soltos na cobertura. Mas se trata sobretudo de uma adesão normativa aos cinco pontos da arquitetura moderna definidos por Le Corbusier: os pilotis, janelas em fita, fachadas e plantas livres da estrutura e teto jardim.

Para orientar o projeto, o Itamaraty havia preparado um documento detalhado, elaborado pelo diplomata Wladimir do Amaral Murtinho e colaboradores. O documento se perdeu ou foi ignorado pelo arquiteto, que preferiu trabalhar em contato direto com Murtinho, que afirmara:

(...) foi em 59, não tenho certeza, fiquei junto da prancheta do Oscar Niemeyer, conversando com ele, como era esta interligação e para mim foi muito fácil porque nós na realidade, repetimos a solução que havia sido adotada no Rio de Janeiro, para o palácio propriamente dito. (MURTINHO, 1990, p. 3)

Wladimir Murtinho foi uma das peças chave no processo de mudança do Itamaraty para Brasília e na concepção do projeto. Ele se autodefinia um "entusiasta da arte e da cultura brasileiras" (ROSSETTI e RAMOS, 2017, p.90). Em sua atuação, enquanto chefe da Legação do Brasil em Berna, e posteriormente na Divisão Cultural do Itamaraty, em meados da década de 1950, foi um dos responsáveis pela projeção internacional da arte e da arquitetura moderna brasileiras, e integrou o conselho deliberativo do MAM do Rio de Janeiro. Segundo Lúcio Costa, era "um raro e providencial personagem que reunia na sua pessoa aquele refinado e seguro gosto pela ambientação arquitetônica, do [Rodolpho] Siqueira, e a inata e sempre pronta capacidade administrativa do [Maurício] Nabuco" (COSTA, 1995, p.67).

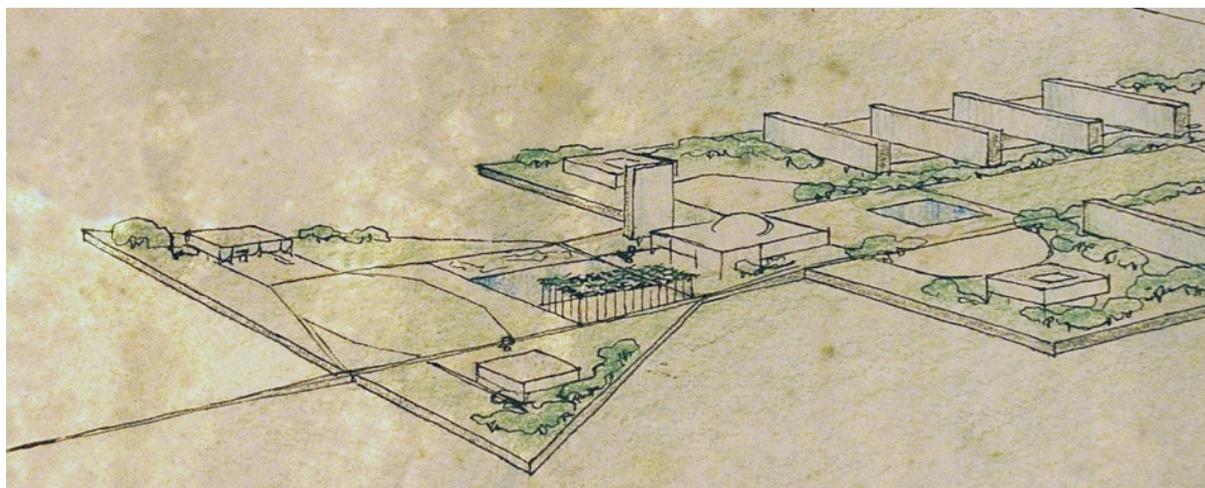
Com respeito a Lúcio Costa, é importante voltar alguns anos no tempo para entender como ele havia imaginado o Itamaraty no projeto do concurso para a nova capital, em 1957.

Ao longo dessa esplanada –o *Mall* dos ingleses– extenso gramado dedicado aos pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias. Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno. (COSTA, 1995, p. 289)

A esta descrição, no relatório do Plano Piloto, corresponde a um edifício de planta quadrada especular ao do Ministério da Justiça. Em uma perspectiva de março de 1957, que não integrou o projeto apresentado, podemos entender melhor a ideia de Lúcio Costa para a Esplanada dos Ministérios (Figura 1). Os volumes dos palácios da Justiça e das Relações Exteriores são representados por prismas quadrados com dois ou três andares e recorte na



laje de cobertura, provavelmente em correspondência de um jardim suspenso. Entre estes dois palácios vemos também uma praça cívica com um grande espelho d'água que se perdeu no desenvolvimento do projeto para a Esplanada. A clássica divisão de funções entre o arquiteto e o urbanista de Brasília, que corresponde ao senso comum, não reflete a complexidade da relação entre Lúcio Costa e Oscar Niemeyer nos projetos para a cidade.



**Figura 1:** Perspectiva de Lúcio Costa para a Esplanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes (1957).  
Fonte: Casa de Lúcio Costa

Assim, esse primeiro estudo de Niemeyer para o Itamaraty apresenta algumas mudanças significativas em relação ao projeto de Lúcio Costa (Figura 2). As principais são: a duplicação da área do palácio, de 60 por 60m, para 87,5 por 87,5m, a aproximação deste ao bloco ministerial vizinho e a sua anexação ao complexo, a criação de um volume separado para o auditório e o desenho do último pavimento, em forma de "L" e com uma grande área descoberta. O aumento da área é explicado pelo papel que o Itamaraty assumiria em Brasília, o de fazer o cerimonial da Presidência da República, como explica Wladimir Murtinho no depoimento a seguir.

(...). Nós discutimos os problemas, eu consegui convencer o Lúcio Costa de que era lógico que o prédio, o palácio fosse muito grande.... Esse palácio porque, eu dizia que se íamos continuar... a ter essa parte de representação era necessário que fosse muito grande. (MURTINHO, 1990, P. 2)

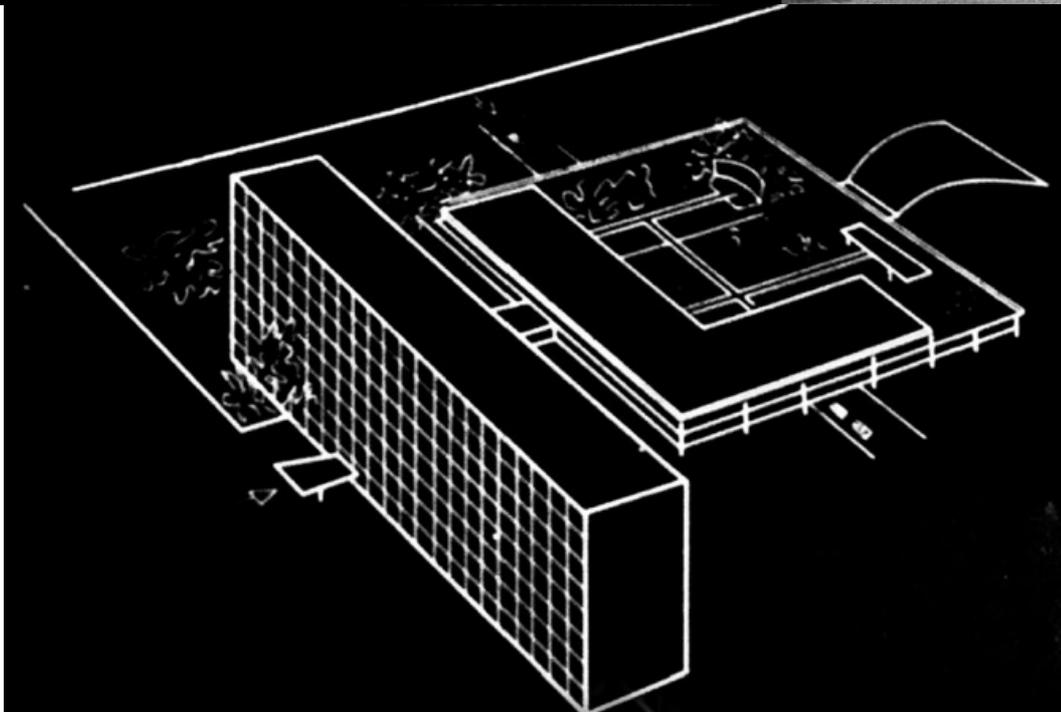


Figura 2: Palácio Rio Branco. Oscar Niemeyer, 1959.  
Fonte: **Habitat**: Arquitetura e artes no Brasil, São Paulo, ano 9º, n. 53, p. 3, mar./abr.

### Segunda versão (junho de 1959)

Na segunda versão do projeto, o bloco administrativo passou a ocupar um edifício perpendicular aos demais ministérios e o bloco 11 foi destinado para o Ministério da Saúde. O plenário foi incorporado ao palácio, no térreo, e a cobertura do último andar passou a ocupar toda a área do edifício, com recortes na laje sobre os jardins. Desta versão não encontramos as plantas, somente fotos da maquete e um curto texto de Jayme Maurício publicado no *Correio da Manhã*.

O anteprojeto de Oscar Niemeyer para o Palácio Rio Branco em Brasília foi consideravelmente modificado do anteprojeto inicial que publicamos há algum tempo, embora o programa continuasse o mesmo. O projeto definitivo é o que vemos acima, constituído apenas pelos dois blocos laterais unidos entre si - gabinete, cerimonial, recepções, etc. no bloco quadrado, mais baixo, e serviços gerais no outro, construído especialmente, de vez que o Palácio Rio Branco<sup>1</sup> não mais será ligado aos edifícios padronizados para os Ministérios, conforme o que se vê isolado no conjunto, com uma avenida de permeio, de acordo com o projeto urbanístico de Lúcio Costa. Desta forma o Palácio Rio Branco ficará também com uma das frentes para a Praça dos Três Poderes. (MAURÍCIO, 1959b)

<sup>1</sup> O bloco representativo do Ministério das Relações Exteriores era chamado inicialmente de Palácio Rio Branco, em homenagem ao patrono da diplomacia brasileira. Durante a sua construção o edifício foi batizado popularmente de Palácio dos Arcos, até que em 14 de março de 1967, por meio do decreto n° 60.502, o então presidente Castello Branco denomina oficialmente o prédio de "Palácio Itamaraty". É importante evidenciar a sutil diferença de nomenclatura que atualmente distingue o palácio de Brasília da antiga sede carioca do Ministério das Relações. Quando nos referimos ao "Palácio Itamaraty" é o de Brasília, enquanto o uso da contração "do" designa o "Palácio do Itamaraty" no Rio de Janeiro.



Outras fotos dessa mesma maquete foram publicadas na revista *Brasília*<sup>2</sup>, em 1959 e em 1960, sem texto explicativo (Figura 3). Um conjunto de quatro desenhos, sem data, com o carimbo RE<sup>3</sup>, poderia se referir à mesma versão. Consiste de plantas dos três pavimentos, sem escala ou cota e uma planta de locação na escala 1:1000. A implantação dos edifícios na planta corresponde à da foto e a orientação das fachadas com pilares em relação à Esplanada também. O Ministério participava ativamente do desenvolvimento do projeto e os trabalhos eram coordenados por Olavo Redig de Campos<sup>4</sup>, que colaborava com Niemeyer adaptando internamente seu projeto à funcionalidade do Itamaraty.

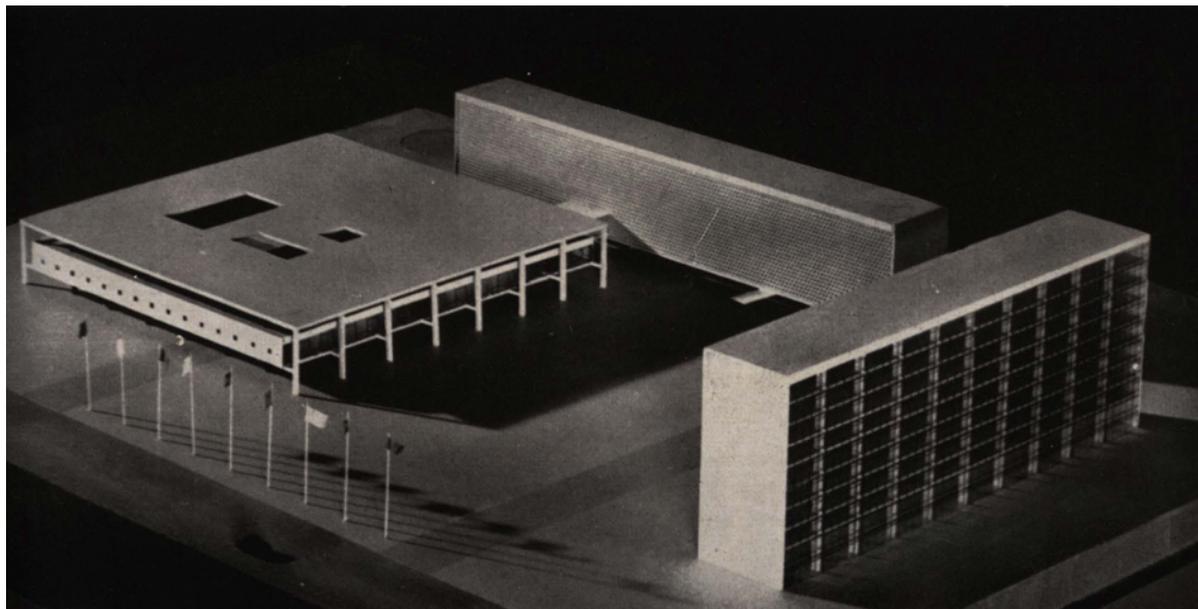


Figura 3: Ministério das Relações Exteriores. Oscar Niemeyer, 1959.

Fonte: **Brasília**: edição "arquitetura e engenharia", Belo Horizonte / Rio de Janeiro, ed. especial, p. 67, jul./ago. 1960

Quais teriam sido os motivos para a mudança, uma vez que o programa fora mantido? Tudo parece nascer em torno da necessidade de ocupação integral dos edifícios ministeriais por parte do governo. Isso explica a criação do bloco administrativo, paralelo ao Eixo Monumental, com cinco pavimentos sobre pilotis e o afastamento em relação ao bloco 11, que impossibilitava o volume do plenário no mesmo terreno.

A cobertura foi estendida aos limites do palácio que tem as fachadas principal e posterior caracterizadas por grandes vigas vazadas no 2º andar, por uma sequência de aberturas quadradas. As outras duas fachadas são marcadas por colunatas idênticas à da versão anterior, mas orientadas no sentido leste oeste. Este estudo se caracteriza pela depuração dos volumes e pela valorização do espaço público. Com o acréscimo do bloco administrativo e o afastamento entre o Palácio e o Bloco 11 surge uma nova praça, formada pelos três edifícios e, no quarto lado, por uma sequência de nove mastros de bandeiras paralela ao Eixo Monumental. Essa praça, assim como as colunas do Palácio que agora estão voltadas

<sup>2</sup> Ver Revista *Brasília*, nº. 30, Belo Horizonte, jun. 1959 e Revista *Brasília*, edição especial, Belo Horizonte, jun./jul. 1960.

<sup>3</sup> Os desenhos produzidos pela equipe interna do Ministério das Relações Exteriores, chefiada pelo arquiteto Olavo Redig de Campos traziam na época a marca "RE".

<sup>4</sup> Fizeram parte desta equipe os arquitetos: Carlos Augusto de Camargo, Jayme Zettel, Roberto Scorzelly, Rubens Richter, Blandina Fialho e Maria Clara Redig de Campos.

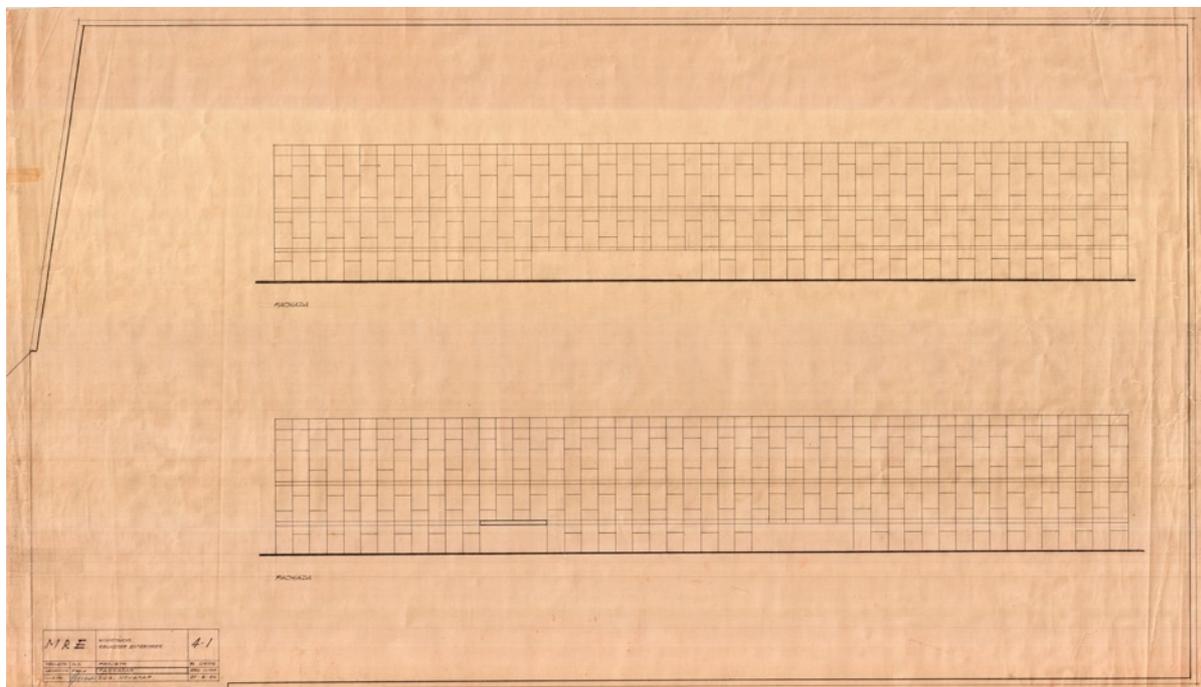


para ela, sinalizam uma valorização do acesso lateral do palácio e uma possível indicação de que a entrada seria feita daquele lado, mas não podemos afirmar visto que não temos as plantas. Podemos especular, no entanto, que essa proposta busca devolver à cidade a praça cívica projetada por Lúcio Costa.

## 1960

### Terceira versão (julho de 1960)

A terceira versão do Itamaraty foi desenvolvida na Novacap<sup>5</sup> entre maio e julho de 1960 (Figura 4). O desenvolvimento ficou a cargo de Nauro Esteves. "Esteves era o coordenador dos arquitetos. Era a pessoa que respondia pelo escritório na ausência do Oscar, também estava muito ligado a ele durante muito tempo." (CAMPELO, 1989, p.6)



**Figura 4:** Fachadas principal e posterior do MRE. Oscar Niemeyer, 1960.  
Fonte: Arquivo Público do DF

A implantação no terreno permanece a mesma, com palácio e anexo articulando uma praça juntos com o bloco 11. Acreditamos que a resposta para a crise política e econômica instaurada na época tenha sido o motivo para reduzir o projeto à sua essência. A mudança do Itamaraty era complexa pois só faria sentido com a transferência de todo o serviço diplomático internacional. As embaixadas, por sua vez, aguardavam para construir as suas sedes em Brasília enquanto não tivessem a garantia da mudança do Ministério. A resistência do corpo diplomático em deixar o Rio de Janeiro era grande e esse impasse impactou consideravelmente na velocidade da mudança.

O palácio assumiu assim a forma de uma caixa de vidro, com base de 82,5 por 82,5m e 13m de altura, seria uma construção rápida e econômica. O único ornamento é concedido à

<sup>5</sup> Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil que abrigava o DUA, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, chefiado por Oscar Niemeyer.



caixilharia, que segue a mesma paginação adotada nos palácios originais da cidade. No jardim suspenso, antes aberto para o horizonte, o contato com o exterior se resume ao recorte na laje de cobertura e a paisagem só poderia ser vista através das esquadrias. Niemeyer privilegia nesta versão a solução de conjunto indicada para alguns edifícios de Brasília, como descrita no *Depoimento*, de 1958:

Com relação aos trabalhos de Brasília, que espero sejam as minhas obras definitivas, encontrei três problemas diferentes a resolver: o do prédio isolado, livre a toda imaginação, conquanto exigindo características próprias; o do edifício monumental, onde o pormenor plástico cede o lugar à grande composição; e, finalmente, a solução de conjunto, que reclama, antes de tudo, unidade e harmonia. (NIEMEYER, 1958, p.5)

Cabe destacar a sutil transição entre a sequência de volumes dos ministérios padronizados e a Praça dos Três Poderes, presente no desenho da caixilharia. Se a volumetria busca a unidade com os ministérios, o pormenor plástico das esquadrias se refere aos palácios. Este híbrido discreto entre solução de conjunto e edifício monumental é o que mais se aproxima da perspectiva de Lucio Costa. Em setembro de 1960, o Presidente Juscelino Kubitschek lançaria a pedra fundamental do Palácio, mas o edifício não tomaria forma tão cedo.

## 1961

Após o fim do mandato de JK, em janeiro de 1961, e durante o curto mandato do presidente Jânio Quadros, a produção da arquitetura pública em Brasília praticamente parou. No que diz respeito à construção, segundo Niemeyer (1968, p. 16), a passagem de Jânio pelo Planalto se limitou à construção do pombal na Praça dos Três Poderes. A sua política externa, no entanto, de aproximação aos países do bloco socialista, entusiasmou o arquiteto e o fez relevar o desinteresse do presidente pela cidade. Já os setores conservadores da sociedade, civis e militares, não demonstraram o mesmo entusiasmo. Em fins de agosto, sentindo-se pressionado, Jânio renunciou, deixando o cargo para o vice-presidente, João Goulart. A solução política para contornar a crise instaurada com a renúncia e para diminuir o poder do novo presidente foi adotar um sistema parlamentarista. Tancredo Neves assumiu o cargo de Primeiro-Ministro e em outubro nomeou o embaixador Jaime Sloan Chermont para a presidência da Comissão de Transferência do Itamaraty. Manuel Mendes afirma que:

O que essa Comissão fez, nunca se soube. Talvez fosse apenas novo lance naquele jogo de aparências. Porém, pode ter sido também uma jogada muito mais sutil, evitando que o homem que realmente queria e estava preparado para a grande tarefa da mudança fosse afastado da Comissão de Transferência. (MENDES, 1995, p. 32)

O homem ao qual Mendes se refere é o diplomata Wladimir Murtinho, que apenas quinze dias depois da nomeação de Sloan Chermont foi transferido para o Japão. E assim terminou o ano de 1961 sem que nada fosse feito no terreno cercado do Itamaraty.

## 1962

Os únicos desenhos datados de 1962 encontrados até o momento na pesquisa correspondem ao estudo dos jardins realizado pelo paisagista Roberto Burle Marx, datados de 09 de janeiro de 1962.

As perspectivas de Burle Marx, uma do conjunto e outra do terraço do Palácio, não correspondem às primeiras três versões do projeto já descritas. Estão entre a versão da



maquete de 1959 e a caixa de vidro de 1960. A laje de cobertura é solta da esquadria, como na versão da maquete, mas não há indicação das colonatas leste e oeste. O recorte na laje de cobertura ocupa cerca de 1/4 da superfície e o jardim está voltado para a praça lateral e o anexo se iguala em altura aos demais ministérios. O título da prancha: "praça de entrada" indica a mudança da fachada principal do projeto.

O estudo de Burle Marx se assemelha a alguns desenhos da equipe de arquitetura do Itamaraty no Rio de Janeiro. Mas teria essa equipe tal autonomia? O mais provável é que exista outra versão do projeto da equipe de Niemeyer que ainda não foi encontrada nos arquivos.

Em 31 de março de 1962, o MRE assinou um convênio com a Novacap, disponibilizando em seu orçamento a verba para o desenvolvimento do projeto e contratação da obra. No entanto, o chanceler San Tiago Dantas, presente na assinatura do convênio, congelaria essa verba para a construção ao deixar o cargo em julho. Em seguida assumiu o ministro Afonso Arinos, desacreditado pela imprensa brasileira, na voz do jornalista Ari Cunha:

Com o doutor Afonso Arinos nas Relações Exteriores, agora é que o Itamaraty não vem mesmo para Brasília. Do prédio só há o cercado e a placa, e é preciso muito Ministro para vencer a má vontade dos funcionários. (CUNHA apud MENDES, 1995, p. 35)

Com as obras de Brasília paradas, Niemeyer aceitou o convite para projetar a Exposição Internacional Permanente de Trípoli e partiu em julho. Voltaria para o Brasil somente no fim do ano, no mesmo período em que a verba para a construção foi liberada e que a Novacap contratou a Construtora Pederneiras.

## 1963

Vários países, com seus projetos prontos, aguardavam a transferência do Itamaraty para dar início à construção de suas embaixadas em Brasília. A sociedade brasileira via a transferência do MRE como solução para os problemas sociais e econômicos da cidade, pois traria consigo a construção de habitação para o funcionalismo, sedes de embaixadas além de pressionar a vinda dos outros ministérios, que continuavam a trabalhar a distância. Na virada do ano a pressão da mídia local sobre o governo se intensificou. O jornal Correio Braziliense cobrava o início das obras quase que diariamente. Niemeyer também foi indagado pelo jornal, que pedia esclarecimentos sobre o início das obras. Na ocasião, explicou que, em princípios de 1961, havia entregado o projeto para que o Itamaraty propusesse as modificações necessárias, o que levou meses para ser feito (NIEMEYER, 1963). Não era absolutamente um problema com o projeto, e sim com o pessoal do ministério, que resistia à mudança.

Este impasse se resolveria somente em meados de 1963, quando finalmente os quatro principais sujeitos responsáveis pela concepção do Itamaraty estavam presentes.

Em meados de 1963 o embaixador Wladimir Murtinho retornou do Japão e assumiu a Comissão de Transferência do Ministério e, dentro do Itamaraty, podia contar com Olavo Redig de Campos.

Niemeyer havia retornado do Líbano em dezembro de 1962 para se dedicar aos projetos do Itamaraty, do Palácio da Justiça e da Universidade de Brasília, entre outros. (NIEMEYER, 1968, p. 23)

Por fim, a Construtora Pederneiras designaria o arquiteto Milton Ramos para seguir os projetos e acompanhar as obras do Ministério. Segundo Murtinho:



Tivemos uma sorte extraordinária. Veja bem, o projeto é de autoria e de inspiração total do Oscar Niemeyer... ele teve um admirável arquiteto para desenvolver e assistir a execução do projeto, que era Milton Ramos, jovem arquiteto nessa época, hoje consagrado aqui em Brasília. (MURTINHO, 1990, p. 9)

O projeto e a materialização do Itamaraty devem ser compreendidos a partir da atuação destes quatro sujeitos: Oscar Niemeyer, Milton Ramos, Wladimir Murtinho e Olavo Redig de Campos.

#### **Quarta versão (fevereiro de 1963)**

No acervo da família de Milton Ramos tivemos acesso ao conjunto de desenhos em papel manteiga, assinados por Niemeyer, que documenta o período em que o projeto se aproxima à sua versão definitiva. Os desenhos mais recentes são datados de 02 de julho, os outros, não datados, se referem a versões preliminares.

Ali encontramos a quarta versão do projeto, momento em que surgem os arcos, sugeridos nos desenhos em duas variantes: arcos plenos ou parabólicos com superfície complexa. A malha estrutural é de 8m e a arcada tem um ritmo de 4m. Os desenhos não têm data, mas são anteriores a 10.02.1963, data dos desenhos correspondentes feitos por Milton Ramos; podem ter sido feitos ainda em 1962.

As duas pranchas desenhadas por Niemeyer a lápis sobre papel manteiga são identificadas como ME1 e ME2, existe ainda no arquivo de Ramos um desenho preliminar da mesma solução, com diferenças pouco expressivas.

A prancha ME1 contém as plantas dos três níveis, fachada principal, fachada lateral, um corte ao longo da rampa de automóveis e dois croquis de cortes do auditório. No canto inferior direito um rabisco com as colunas do Alvorada sugere que a reflexão sobre a fachada era uma preocupação naquele momento. As questões das divisões internas ficariam a cargo de Redig de Campos e equipe, mas Niemeyer se preocupa em definir os limites das salas, circulações horizontais e os blocos de sanitários e circulações verticais. As entradas de público, na fachada principal, e do ministro, na fachada leste, são protegidas por marquises/varandas. Os jardins do terraço são orientados para a praça lateral, assim como nas perspectivas de Burle Marx.

A experiência do Líbano de Niemeyer, de onde acabara de retornar, coincide com a produção do texto *Contradição na arquitetura*, no qual o arquiteto se refere às importantes lições da arquitetura do passado e rejeita a arquitetura racionalista das "caixas de vidro" (NIEMEYER, 1962). Do projeto para Trípoli destacamos a solução dos arcos do pavilhão do Líbano<sup>6</sup>, uma releitura da arquitetura árabe revisitada em chave moderna. Dessa forma, com um procedimento formal similar ao que foi adotado lá, Niemeyer perpetuou os arcos plenos do palacete neoclássico carioca, antiga sede do Ministério. Yves Bruand (1981, p. 196) reconhece esse procedimento como "a melhor prova de que Niemeyer tinha superado o estágio psicológico de reação absoluta contra toda lembrança histórica".

A prancha ME2 (Figura 5) contém um trecho de corte perpendicular à fachada e alguns detalhes construtivos que explicam o encontro dos arcos com a laje, dos pilares internos com as vigas, das marcas das ripas de madeira nos arcos de concreto e o desenho das marquises/varandas representadas na prancha ME1: duas na fachada principal e uma na

<sup>6</sup> Ver *Módulo*, n. 30. Rio de Janeiro, jun. 1962, pp. 1 a 23.



fachada lateral. A partir destes desenhos o projeto passaria a ser refinado até a sua versão final.

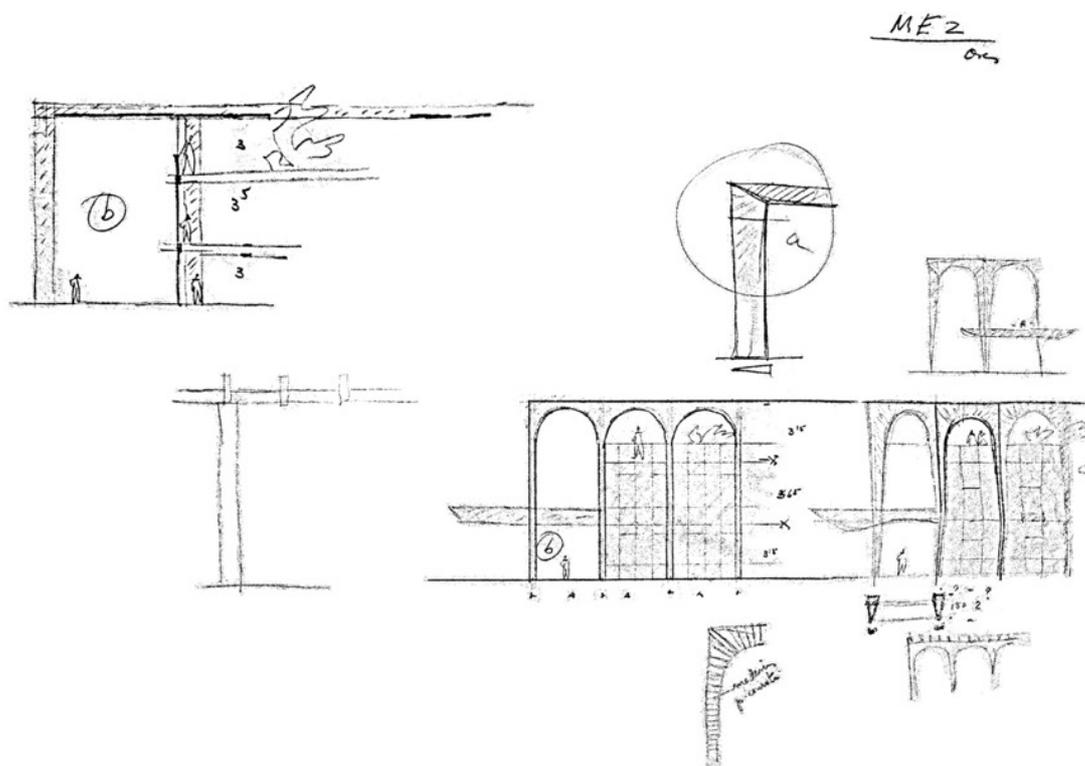


Figura 5: Desenhos de Oscar Niemeyer para o Ministério das Relações Exteriores. circa 1962  
Fonte: Arquivo Milton Ramos

### Quinta versão (fevereiro de 1963)

A quinta versão é uma variante da quarta, mas com modulação de 6 por 6m. Nessa versão a solução para os pilares de canto é amadurecida e, com uma rotação de 45°, garantem a regularidade das quatro fachadas. Junto com a mudança da modulação houve um aumento no Palácio. A organização interna permanece a mesma e a área das salas e gabinetes não cresce. Já o programa cerimonial passa a ter um acréscimo de área de aproximadamente 30%, tanto no vestíbulo do térreo, quanto nas salas para cerimônias e exposições no 2º andar, enquanto que nos salões de festas do terraço esse acréscimo de área é da ordem de 24%. Com a nova modulação, os corredores dos escritórios, antes com 2m de largura passaram a ter 6m. Murtinho recorda que:

Uma das grandes alegrias que teve o Oscar, eu me lembro dele dizendo: "Mas posso fazer seis metros?" Porque os outros ministérios têm a mania de dizer: "Não, mas vocês, esse, esse espaço perdido." Na realidade, o que dá a grandeza e a elegância do Palácio do Itamaraty, que tem espaços mesmo, que servem para a encenação. (MURTINHO, 1990, p. 16)

As marquises passam a ser somente duas: uma maior na fachada principal e outra na lateral, sobre a entrada exclusiva do ministro.



### **Sexta versão (março de 1963)**

Aprovadas as questões de modulação, o projeto passaria para a fase de anteprojeto. Nesta fase algumas mudanças importantes são consolidadas numa versão de março de 1963. Aparece, no lugar da escada linear que ligava o térreo ao 2º pavimento, uma majestosa escada helicoidal, com 10,7m de diâmetro estruturada em torno a um pilar central com 2,4m de diâmetro. Outra modificação significativa acontece no terraço, que se volta novamente para a Praça dos Três Poderes. Alguns projetos técnicos também começaram a ser elaborados, indicando que o início da obra se aproximava.

### **Sétima versão (julho de 1963)**

Entre março e junho, enquanto a equipe de Milton Ramos já trabalhava no anteprojeto, Wladimir Murtinho é chamado de volta do Japão para assumir a chefia da Comissão de Transferência do Itamaraty. Nessa mesma época o projeto se aproxima do seu aspecto definitivo. Niemeyer elabora uma nova versão, que está documentada somente nos rascunhos que ele entregou a Milton Ramos. Os desenhos, assinados e datados de 02 de julho de 1963, preveem o enterramento total do auditório, que até então era semienterrado e ocupava uma considerável parcela do pavimento térreo. Sobre a laje do auditório viria o jardim de Burlle Marx. Já nesta versão, Niemeyer prevê um relevo em concreto que foi posteriormente delegado ao artista Sérgio Camargo. A escada helicoidal, à direita de quem entra no palácio, foi reduzida dos 10,7m, da versão de março, para aproximadamente 7,5m de diâmetro e deveria conectar os quatro níveis, do subsolo ao terraço. No segundo piso Niemeyer recua a laje sobre o jardim, criando um mezanino. Uma escada secundária ligava o jardim ao mezanino sem a necessidade de se passar pela escada principal do vestibulo. O recorte curvo que solta a escada da laje, e que de alguns pontos de vista dá a continuidade visual à helicoide, é definido. Outra novidade foi a previsão de um enorme elevador, com aproximadamente 3m por 5m para dar conta do público em grandes eventos.

Duas pranchas do projeto executivo realizadas em julho indicam pela primeira vez a presença do espelho d'água que circunda o Palácio. O detalhe primoroso da lâmina d'água que passa 3cm abaixo dos montantes das esquadrias e imerge as colunas, dá a sensação de que o Palácio flutue no espaço. Preocupado com a segurança, Murtinho e Redig de Campos haviam sugerido a criação de um fosso ao que viria Niemeyer com a solução do espelho d'água. (MENDES, 1995, p. 61)

### **Oitava versão (setembro de 1963)**

As obras do Palácio começaram em 16 de agosto de 1963. Enquanto o terreno era escavado o projeto continuaria a ser elaborado e modificado. As modificações mais importantes se consolidam na versão do projeto executivo de setembro de 1963, com a definição da posição definitiva da escada helicoidal do lado esquerdo do vestibulo. Tais modificações deveriam ser decididas sem prejudicar o ritmo da obra. Milton Ramos, com a experiência adquirida na obra do Hospital Distrital, sabia que o cumprimento de prazos era uma das tarefas mais complexas durante a construção, assim continuava a elaborar o projeto executivo.

Murtinho (1990, p. 7) afirma que a ideia do elevador para o público foi muito discutida com Niemeyer. Optaram por manter somente as escadas, porém desencontradas entre os andares, para que as pessoas pudessem descansar entre um andar e outro.

Assim a escada helicoidal foi deslocada para o lado esquerdo do vestibulo, do lado oposto da escada que leva ao terraço, obrigando o visitante a cruzar o salão do mezanino diagonalmente e promovendo uma *promenade architecturale*. Esse desencontro também



valorizar a escada helicoidal e a vista, por parte dos convidados, dos que estão subindo. Murtinho (1990, p. 10) nos lembra que o Itamaraty é "extremamente encenado", portanto ver e ser visto faz parte do espetáculo. As fotos dos grandes eventos que aconteceram no Itamaraty atestam o caráter espetacular da escada helicoidal. O protagonista da cerimônia, enquanto sobe a escada, percorre visualmente todo o espaço do vestíbulo e do mezanino, enquanto observa os convidados. Os convidados, por sua vez, reunidos em torno da escada central, disputam um lugar privilegiado entre a plateia e o mezanino para assistir ao espetáculo da subida da escada.

## 1964

De um modo geral o projeto do Palácio foi pouco modificado durante o ano de 1964. A equipe da Pederneiras se concentrou no detalhamento do Palácio, começando pelo subsolo, no projeto executivo do bloco administrativo e nos detalhes da escada helicoidal e dos arcos. Sobre estes, Milton Ramos (1996) relata a correção visual que aplicou à curva que tangencia os pilares das extremidades da fachada, partindo 2m abaixo das outras, o que nos dá a medida de sua obsessão pelos detalhes.

A escada, em sua versão inicial, seria detalhada entre janeiro e fevereiro, com uma viga central de 25cm de largura por 50cm de altura. Em 03 de março assumiria a sua forma definitiva, com uma viga chata central em forma de pentágono irregular com 2m de largura por 25cm de altura na parte central e 7,5cm nas bordas. Não podemos afirmar que Niemeyer tenha participado das decisões de detalhamento ou se delegou essa responsabilidade a Milton Ramos e Joaquim Cardozo, mas sabemos que em março, ele viajou para realizar o projeto da Universidade de Acra, no Gana.

Quanto à sua execução primorosa podemos sim atribuir à Milton Ramos. Em uma conferência no IAB-DF em 1996, o arquiteto relata a sua preocupação com relação a isso. Na ocasião, realizou uma maquete em escala 1:20 em concreto, armado com arames. Para a construção da fôrma de concreto decidiu dispor as ripas de madeira que marcam o fundo da viga seguindo a linha do esforço.

O projeto de estruturas, por sua vez, é obra de Joaquim Cardozo. A prancha de armação da escada, datada de 12 de junho de 1964 recebe o visto do calculista, mas Samuel Rawet<sup>7</sup> também trabalhou no projeto. A sua complexa estrutura, com vergalhões que se ancoram na laje do mezanino em forma de pé de galinha, a discrição visual da viga chata e a ausência de um apoio central garantem o seu aspecto escultural. O corrimão, presente nos desenhos técnicos até 1967 foi realizado em uma versão móvel, e ainda há marcas da sua estrutura no piso de mármore do mezanino. Nas fotos de Marcel Gautherot de 1968, ele não aparece, mas foi registrado em 1977, pelo fotógrafo René Burri.

## 1965 a 1970

### Nona versão (março a setembro de 1965)

A medida que as obras evoluíam o projeto executivo era realizado. As duas últimas mudanças significativas do projeto tocaram primeiro a fachada do Palácio e em seguida o espaço do vestíbulo. Se trata da retirada das varandas e da escada secundária que ligava o mezanino ao jardim no térreo. As varandas eram vestígios da antiga sede do Itamaraty no

<sup>7</sup> O engenheiro Samuel Rawet (1929 - 1984), assim como seu colega Joaquim Cardozo, foi um intelectual de destaque na literatura brasileira. Sua obra literária compreende contos, novelas, ensaios e peças teatrais.



Rio de Janeiro, e eram ligadas aos gabinetes do secretário e do ministro. Elas persistiram no projeto até maio de 1965, uma em cada fachada lateral e faziam as vezes também de marquises de proteção da chuva sobre as entradas dos congressistas e sobre a entrada do ministro. Do ponto de vista estético, os dois terraços localizados simetricamente opostos à porta de entrada do palacete carioca, sobre os arcos de acesso de automóveis, compunham a fachada principal de forma harmônica. Tais varandas foram registradas em documento do MRE a seguir:

Era sem dúvida o Itamaraty dos melhores edifícios da cidade, no segundo reinado. Fachada sóbria, flanqueada de dois terraços com balaustradas de lioz, portaes, pilastras e cornijas da mesma pedra. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1937)

No palácio de Brasília, entretanto, as varandas comprometiam a sobriedade da fachada, e com a sua remoção na versão de 1965 chegou-se a conformação externa definitiva.

Do ponto de vista interno, a versão final do projeto, de 1965, suprime a escada secundária que ligava o jardim ao mezanino. Sob o aspecto do fluxo do público, essa escada seria uma alternativa para diluir o trânsito de pessoas, mas é exatamente por oferecer um caminho alternativo que foi retirada.

Para entender isso vamos recorrer novamente à metáfora teatral e partir do princípio que a comparação entre cerimônia e espetáculo é válida. Para tanto vamos nos apoiar na definição que Aristóteles faz da tragédia em sua *poética*. A tragédia, deve conter seis partes. "São elas: enredo, caracteres, elocução, pensamento, espetáculo e música" (ARISTÓTELES, 2008, p. 48). Dentre essas partes, o filósofo considera que a mais importante é o enredo, ou seja, a estruturação dos acontecimentos. Em uma cerimônia no Itamaraty essa estruturação é dada pela sucessão de eventos, realizados em ambientes diferentes: a recepção no térreo; condecorações, assinaturas de tratados etc. no 2º andar; banquetes e festas, no terraço. Aristóteles defendia ainda que um bom enredo devia evitar ambiguidades para que o público conseguisse "entrar" na tragédia e para que ela produzisse o seu efeito desejado, que no fim era a catarse. Para tanto, os acontecimentos devem respeitar uma sequência verossímil e formar um todo.

Ser um todo é ter princípio, meio e fim. Princípio é aquilo que, em si mesmo, não sucede necessariamente a outra coisa, mas depois do qual aparece naturalmente algo que existe ou virá a existir. Pelo contrário, fim é aquilo que aparece depois de outra coisa, necessariamente ou na maior parte dos casos, e a que não sucede nada. Meio é aquilo que é antecedido por um e seguido pelo outro. Portanto é necessário que os enredos não comecem nem acabem ao acaso, mas sim apliquem os princípios anteriormente expostos. (ARISTÓTELES, 2008, p. 51)

É por isso, acreditamos, que Niemeyer e Murtinho preferiram as escadas ao elevador, que provocaria esse salto de etapas na cerimônia, e é por isso também que acreditamos que a escada secundária tenha desaparecido, pois gerava uma ambiguidade no enredo das cerimônias.

O ministro, por sua vez, tem acesso privilegiado por um elevador exclusivo que conecta todos os pavimentos, como nos explica Murtinho:

(...) uma prumada de elevadores que é o máximo da sutileza, que leva ao gabinete, e também ao centro de convenções. De maneira que quando, por exemplo, o presidente abre uma conferência (...) ele sai diretamente do gabinete, desce e entra por trás, porque o Ministério das Relações



Exteriores é extremamente encenado, a ideia é essa, não?... É permitir a pompa e faz com que isto seja o elemento que, talvez, caracterize o palácio.

Não poderíamos comparar o elevador exclusivo do ministro a um *deus ex machina*<sup>8</sup>?

O Palácio Itamaraty foi palco de cerimônias importantes mesmo antes de sua inauguração, em 1970. A mais importante foi a recepção da Rainha Elisabeth da Inglaterra, em novembro de 1968.

O edifício foi finalmente inaugurado em 20 de abril de 1970 e o "[...] que parecia um sonho, uma alucinação do visionário Embaixador Murtinho, como diziam alguns de seus colegas, passou a ser realidade." (MENDES, 1995, p.111)

## Conclusão

As versões do projeto para o Ministério das Relações Exteriores identificadas na pesquisa são, portanto, as seguintes:

- 1- Versão com volume em casca para o plenário, palácio com dois pavimentos sobre pilotis com teto jardim e ocupação de um bloco de ministério padronizado, de março de 1959.
- 2- Versão da 1ª maquete, com auditório no térreo e bloco anexo perpendicular aos ministérios padronizados com surgimento de praça lateral, de junho de 1959.
- 3- Versão da caixa de vidro, com auditório no térreo e bloco anexo perpendicular aos ministérios padronizados, mantendo praça lateral de julho de 1960.
- 4- Versão com arcos plenos a cada 4m, auditório semienterrado e marquises sobre a entrada do público, entrada do Ministro e entrada de funcionários, provavelmente de dezembro de 1962.
- 5- Versão com arcos parabólicos com superfície complexa a cada a cada 4m, auditório semienterrado e marquises sobre a entrada do público, entrada do Ministro e entrada de funcionários, provavelmente de dezembro de 1962.
- 6- Versão com arcos plenos com superfície complexa a cada a cada 6m, auditório semienterrado, escada helicoidal com 10,7m de diâmetro, marquises frontal e lateral, de março de 1963.
- 7- Versão desenvolvida somente a nível de rascunho e restrita a modificações internas, com definição do auditório enterrado e jardim no térreo, escada helicoidal com 7,5m de diâmetro que conecta os 4 níveis, recorte curvo na laje do mezanino e elevador para o público com aproximadamente 3 por 5m, de julho de 1963.
- 8- Versão com arcos plenos com superfície complexa a cada a cada 6m, marquises laterais, auditório enterrado e espelho d'água e bloco anexo marcado por colunas a cada 6m, de agosto a outubro de 1963.
- 9- Versão com arcos plenos com superfície complexa a cada a cada 6m, sem marquises, auditório enterrado e espelho d'água e bloco anexo com brises verticais na fachada norte, de maio de 1965.

---

<sup>8</sup> No teatro antigo, a divindade frequentemente intervinha para resolver situações complicadas, descendo do alto na cena por meio de mecanismos. Por extensão, se define *deus ex machina* a intervenção providencial de um personagem importante no sentido de resolver a situação. (MARCHESE, 1981. trad. nossa)

13º Seminário

do\_co,mo,mo\_  
brasil

Salvador – BA  
7 a 10 de outubro de 2019



Podemos concluir que a forma do edifício oscila entre soluções plásticas, mais ou menos complexas, que têm como eixo referencial a volumetria definida por Lúcio Costa em 1957, ao qual a solução 3 é a que mais se assemelha. As versões anteriores a essa, se alinham aos princípios normativos de Le Corbusier, os 5 pontos da nova arquitetura, já as versões posteriores, ao princípio da caixa de vidro envolvida por pórticos adotado nos palácios originais de Brasília (BRUAND, 1981, p.197).

Do ponto de vista do arranjo interno observa-se a importância do programa cerimonial nas tomadas de decisões de projeto. Essa valorização fica explícita em duas ocasiões que merecem destaque: a presença do jardim no vestíbulo e o percurso pelo edifício como estruturador das cerimônias. Na segunda versão, a inclusão do plenário no bloco do palácio, provoca a supressão do jardim no térreo, antes articulado ao vestíbulo. Essa perda seria reparada somente na sétima versão, quando o auditório é completamente enterrado e sobre o seu teto ressurgem o jardim. Com relação ao percurso dos visitantes que serve de estrutura o cerimonial, e que aqui comparamos ao enredo trágico, percebe-se que o cuidado no posicionamento das escadas entre os níveis responde a uma espetacularização do trajeto mais do que a questões funcionais de circulação.



## Referências:

ARISTÓTELES. **Poética**. Pref. Maria Helena da Rocha Pereira. Trad. Ana Maria Valente. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CAMPELO, Glauco. **Depoimento - Programa de História Oral**. Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília. 1989.

COSTA, Lúcio. 1995. Lúcio Costa: **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CUNHA, Ari. In: MENDES, Manuel. **O cerrado de casaca**. Brasília: Thesaurus, 1995.

LE CORBUSIER; JEANNERET, Pierre. **Oeuvre complète 1929-34**. (4a ed). Erlenbach: Les Éditions d'architecture, 1947.

MACEDO, Danilo Matoso; SILVA, Elcio Gomes. **Brasilia, the Palace of Congress and their Urban Changes**. DOCOMOMO Journal, v. 43, p. 60-65, 2010.

MARCHESE, Angelo. **Dizionario di retorica e di stilistica**: arte e artifício nell'uso delle parole retorica, stilistica, metrica, teoria della letteratura. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1981.

MAURÍCIO, Jayme. Itinerário das artes plásticas: Palácio Rio Branco em Brasília. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1959a. 1º caderno, p. 12.

MAURÍCIO, Jayme. Palácio Rio Branco, Brasília. **Habitat**: Arquitetura e artes no Brasil, São Paulo, ano 9º, n. 53, p. 2-3, mar./abr. 1959b.

MENDES, Manuel. **O cerrado de casaca**. Brasília: Thesaurus, 1995.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores. **Brasília**: edição "arquitetura e engenharia", Belo Horizonte / Rio de Janeiro, n. 30, jun. 1959.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores. **Brasília**: edição "arquitetura e engenharia", Belo Horizonte / Rio de Janeiro, ed. especial, p. 67, jul./ago. 1960.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **Palácio Itamaraty**: Resenha histórica e guia descritivo. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1937.

MURTINHO, Wladimir do Amaral. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

NIEMEYER, Oscar. **Contradição na arquitetura**. Módulo, Rio de Janeiro, n. 31, dez. 1962.

NIEMEYER, Oscar. **Depoimento**. Módulo, Rio de Janeiro, n. 9, fev. 1958.

NIEMEYER, Oscar. **Feira Internacional e Permanente do Líbano em Trípoli**. Módulo, Rio de Janeiro, n. 30, out. 1962b.



NIEMEYER, Oscar. **Quase memórias**: Viagens: tempos de entusiasmo e revolta - 1961 - 1966. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

NIEMEYER presta esclarecimentos sobre a construção do Itamarati em Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 1, 22 jan. 1963.

RAMOS, Milton. In: **Memória do Arquiteto de Brasília - Milton Ramos**. Produção do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Distrito Federal. Brasília: IAB-DF, 1996. 1 DVD (ca. 80min).

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti; RAMOS, Graça; fotografia, SELIGMAN, Graça. **Palácio Itamaraty**: A arquitetura da diplomacia. Brasília, 2017, ITS

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70). **Arquitextos**, São Paulo, ano 09, n. 106.02, Vitruvius, mar. 2009 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/65>>.

SILVA, Elcio. **Os palácios originais de Brasília**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 408p.